

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.050 - PE (2019/0354070-1)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : JOSUE JOSE DE OLIVEIRA E OUTRO**  
**ADVOGADOS : JOSUÉ JOSÉ DE OLIVEIRA - PE043131**  
**ERASMO ANTONIO PEREIRA FILHO - PE047067**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PACIENTE : HELIO RODRIGO BRAYNER DE ANDRADE (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HELIO RODRIGO BRAYNER DE ANDRADE, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - HC n. 0004234-16.2019.8.17.0000.

Noticiam os autos que o paciente encontra-se preso preventivamente por ter, em tese, cometido os delitos previstos nos arts. 180, 288 e 311, todos do Código Penal.

Aduz o impetrante a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar do paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Sustenta que o fato de o paciente responder a outras ações penais não justificaria o seu encarceramento provisório.

Alega que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Argumenta, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que o acusado faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 23-24):

[...]

*Diante de tais esclarecimentos, entendo que o decreto construtivo está devidamente fundamentado, evidenciado o periculum libertatis, já que há fortes indícios que o paciente praticou outros crimes, tendo sido*

# Superior Tribunal de Justiça

*concedida liberdade provisória em outros processos com aplicação de outras medidas cautelares, o que não lhe impediu de voltar as práticas criminosas, devendo a prisão ser mantida principalmente para garantir a ordem pública.*

*Merece destaque o esclarecimento da Juíza de primeiro grau ao prestar informações, Hélio já conta com um processo criminal por crime patrimonial - Proc. 1035-17.2018.8.17.0001 - pelo qual esteve nesta mesma audiência de custódia e lhe foi concedida liberdade provisória com aplicação de medidas cautelares e ainda responde a mais um processo por receptação dolosa - Proc. 49917-15.2015.8.17.0001".*

*Percebe-se que inexiste o alegado constrangimento ilegal, sendo necessária a constrição cautelar, não sendo cabível no presente momento processual, a substituição por outras medidas cautelares.*

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

Ademais, "nos termos da orientação desta Corte, inquéritos policiais e processos penais em andamento, muito embora não possam exasperar a pena-base, a teor da Súmula 444/STJ, constituem elementos aptos a revelar o efetivo risco de reiteração delitiva, justificando a decretação ou a manutenção da prisão preventiva (RHC n. 68550/RN, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 31/3/2016)" (HC 539.644/PB, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/11/2019, DJe 22/11/2019), circunstância que afasta a plausibilidade jurídica da medida de urgência.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator

